

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

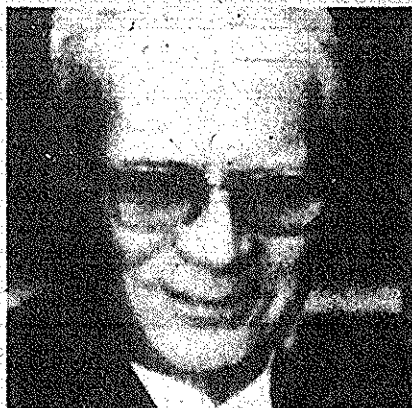
Class.: K2R00092

Data: 19 de Janeiro de 1977

Pg.: _____



Orlando Villas-Boas



Golberi do Couto e Silva

Vilas-Boas reúne-se em sigilo com Golberi

BRASILIA (Sucursal) — O sertanista Orlando Villas-Boas esteve ontem em Brasília atendendo chamado do Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Golberi do Couto e Silva, que o convocou para uma reunião realizada pela manhã, com a finalidade de se inteirar da atual situação dos grupos indígenas do Brasil.

Embora o encontro tenha sido mantido em sigilo, fontes do Governo confirmaram a audiência, adiantando que o encontro já estava marcado há cerca de um mês, desde que a crise que se desencadeou no órgão indigenista atingiu um ponto crítico — com demissões de antropólogos, conflitos entre índios e o afastamento de sertanistas dos postos — exigindo providências definitivas dos órgãos governamentais.

NOVAS MEDIDAS

Desde que a Fundação Nacional do Índio iniciou os estudos para implantação de metas prioritárias dentro da política indigenista, como por exemplo, a aceleração do processo de integração do índio, instalação de projetos econômicos nas reservas, maior fiscalização dos trabalhos das missões, entre outras medidas, teve início uma série de polêmicas que acabaram por figurar uma verdadeira crise, atingindo tanto a administração, em Brasília, como o próprio trabalho desenvolvido no campo.

O afastamento do sertanista Apoena Meireles da direção do Parque Indígena do Aripuanã, a demissão da antropóloga Iara Ferraz, responsável pelo projeto comunitário desenvolvido junto aos índios Gaviões, do Sul do Pará e, os problemas surgidos na Ilha do Bananal — onde os índios carajás expulsaram a flechadas o diretor do Parque do Araguaia — foram alguns dos acontecimentos que propiciaram uma situação de duplo comando no órgão, uma vez que todas estas decisões foram tomadas pelo economista Francelisio van Der Broock — que havia assumido há pouco tempo a direção do Departamento Geral de Operações a revelia do general Ismarth de Oliveira, presidente da FUNAI.

Na ocasião, a cúpula do órgão indigenista se reuniu com técnicos do Ministério do Interior, com a finalidade

de introduzir modificações na estrutura da FUNAI, com vistas a implantação da nova política indigenista. A reunião, segundo alguns participantes, realizou-se num clima muito acalorado, sendo que a decisão final foi adiada para a próxima reunião que será realizada entre 8 e 11 de fevereiro próximo.

As sugestões apresentadas durante a reunião, realizada na Escola Fazendária de Brasília, não foram divulgadas, mas, na ocasião, o General Ismarth adiantou que, basicamente, seria dada maior ênfase às Frentes Rurais de Trabalho, em detrimento da parte burocrática do órgão e que todo o poder de decisão seria centralizado na Presidência.

Funcionários da FUNAI, entretanto, adiantaram que a sugestão apresentada estabelecida a criação de 12 núcleos administrativos da FUNAI, espalhados pelas principais regiões do país onde serão implantados os projetos econômicos, o que representaria, ao contrário do que havia afirmado a imprensa o General Ismarth, o enfraquecimento do poder da Presidência.

CRISE CONTINUA

Após as declarações do Ministro do Interior, que desencadearam severas críticas quanto às prioridades estabelecidas para a política indigenista para este ano, a situação do órgão começou a se definir com o afastamento de Francelisio Van Der Broock do DGO, cargo assumido inteiramente pelo Coronel Joel Marcos. O retorno do General Ismarth a Brasília, interrompendo suas férias no Rio de Janeiro, também foi considerado como uma prova de que tudo voltava a normalidade no órgão indigenista.

Assessores da FUNAI, porém, alertaram quanto a continuidade da crise, que, segundo eles, apenas foi abafada continuando a ser discutida agora a nível de alta cúpula, afirmando, também que o encontro de ontem entre o sertanista Orlando Villas-Boas e o Ministro Golberi do Couto e Silva, resultará em profundas alterações no Estatuto do índio sendo que, a principal deverá ser quanto a garantia, através de títulos de posse, da terra indígena.